

3

OS INTERESSES BANCÁRIOS CHINESES EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA GEOCAPITAL

Ana Alves

Introdução

Do ponto de vista histórico as relações entre a China e Moçambique apresentam um padrão muito semelhante ao do relacionamento entre este país asiático e a maioria dos países africanos. No contexto da guerra da independência, durante a década de 60, Pequim apoiou a Frelimo. Em 1975, logo após a independência, foram estabelecidas relações diplomáticas com Maputo, seguidas, todavia, por um longo hiato nas décadas de 80 e 90. As relações bilaterais foram sendo gradualmente revitalizadas na década seguinte, desta vez envoltas numa forte solidariedade económica. Ainda que a penetração económica de Pequim em Moçambique tenha sido relativamente lenta quando comparada com outros países africanos ricos em recursos, esta ganhou ritmo nos últimos anos. O comércio bilateral cresceu de 70 milhões de dólares em 2004 para 950 milhões de dólares em 2011 (Consulado económico da China em Maputo 2012). A passo com o comércio bilateral em expansão, o aumento do fluxo de investimento chinês em Moçambique nos últimos anos tem sido um dos traços distintivos das relações China-Moçambique. Em 2008, a China era já o segundo maior investidor em Moçambique, a seguir à África do Sul, sendo que há menos de uma década ocupava a 26.^a posição (Macauhub 2009).

Em 2010, o investimento chinês em Moçambique perfeitamente 607 milhões de dólares americanos e espera-se que esse número aumente significativamente

nos próximos anos (Macauhub 2011), especialmente se as empresas chinesas conseguirem penetrar na indústria extractiva mineral moçambicana, que requer avultados investimentos. As reservas moçambicanas de carvão na província de Tete são particularmente atractivas. A Wuhan Iron and Steel, assinou em 2010 um memorando de entendimento de mil milhões de dólares com a Riversdale para integrar o consórcio liderado pela Austrália que adquiriu uma concessão mineira em Tete. Esta foi, todavia, mais tarde vendida à Rio Tinto. No presente existe apenas uma empresa chinesa (Qingho) com uma pequena concessão de carvão em Tete e nenhuma ainda envolvida na prospecção/exploração das vastas reservas de gás natural ao largo costa moçambicana.

Apesar do fascínio crescente pelos vastos recursos minerais moçambicanos (nomeadamente os depósitos de carvão e gás natural), o investimento chinês tem sido direccionado, até agora, para as vendas a retalho, serviços, manufacturas, agricultura, exploração de madeira, actividades piscatórias e sector bancário.

Embora o investimento chinês seja por norma bem visto em Moçambique, nem toda a actividade económica chinesa tem tido aceitação local: notícias da participação de empresas chinesas (e malaias) na exploração ilegal de madeira e na pilhagem de espécies marinhas (frequentemente em conluio com autoridades governamentais), bem como os problemas que envolvem periodicamente trabalhadores ao serviço de companhias chinesas, têm atraído críticas duras na imprensa moçambicana.

Em geral, o investimento chinês em Moçambique segue o mesmo padrão observado nos outros países africanos. Contudo, o envolvimento de capital chinês no sector financeiro apresenta uma série de características peculiares que justificam uma análise mais aprofundada. Ao contrário do padrão observado noutros países africanos, o envolvimento chinês no sector bancário moçambicano inclui não só bancos estatais (Banco Exim e CDB) como também interesses comerciais privados, com destaque para a empresa Geocapital, uma sociedade de capitais luso-chineses.

Breve resumo do sector bancário moçambicano

O sector bancário moçambicano sofreu uma expansão significativa nos últimos anos: enquanto em 1997 havia apenas cinco bancos a operar no mercado interno, no final de 2011 esse número havia crescido para 18 bancos comerciais.

Apesar da crescente participação de capital local nos últimos anos, a banca comercial em Moçambique continua a ser dominada por capital estrangeiro: 72% em 2009 (80% em 2005), dos quais 40% é capital português e 19% sul-africano.

O maior banco em termos de activos é o BIM Millennium, uma sociedade mista entre o maior banco privado Português, BCP, e um parceiro local. O segundo maior é o Banco Comercial de Investimento (BCI), uma sociedade entre o banco estatal português (Caixa Geral de Depósitos), um banco privado português (BPI) e um grupo financeiro local INSITEC (controlado pelo Presidente de Moçambique), através do qual as linhas de crédito portuguesas são canalizadas para Moçambique. Seguem-se o Standard Bank (África do Sul) e o Barclays Bank (Reino Unido). Em conjunto, estes quatro bancos representam 89% dos activos totais no mercado (Macauhub 2011b).¹

De acordo com algumas fontes,² o estabelecimento de novos bancos, bem como a entrada de capital estrangeiro no sector bancário moçambicano, depende em grande medida de ligações políticas ao mais alto nível. Por outro lado, a entrada de capital estrangeiro parece ter reduzido a promiscuidade entre o Governo e o sector bancário, que originou incidentes como o do Banco Austral, no início dos anos 2000.

Atraídos pela crescente abertura do sector financeiro moçambicano e pela miríade de oportunidades de investimento apresentadas pelos vastos recursos do país, os interesses públicos e privados chineses penetraram no sector no início dos anos 2000.

3. Capital estatal chinês: os Bancos Exim e CDB

À semelhança de outros países africanos, os bancos públicos chineses (Banco de Importação e Exportação da China, Exim, e o Banco de Desenvolvimento da China, CDB) entraram em Moçambique no âmbito dos acordos de cooperação intergovernamental que visam sobretudo o desenvolvimento de infra-estruturas. Entre 2001 e 2004 o Banco Exim forneceu linhas de crédito no valor de 16 milhões de dólares para projectos de construção de infra-estruturas em Moçambique, ajudando a financiar um centro de conferências internacional, um novo edifício para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, equipamentos para a polícia, e 150 unidades de habitação social na zona do grande Maputo (Afrodad s/d). Em 2006 o Governo moçambicano negociou com o banco chinês Exim um empréstimo no valor de 2 mil milhões de dólares americanos para o projecto da barragem de Mphanda Nkuwa,³ no rio Zambeze; 50 milhões de dólares para apoio ao investimento agrícola na província da Zambézia; e ainda um empréstimo bonificado para a reabilitação do aeroporto internacional da capital (Afrodad s/d). Este último empréstimo, de 115 milhões de dólares, foi dividido em duas fases: um empréstimo inicial de 50 milhões, seguido por 65 milhões de dólares, aprovados

em 2010, para financiar a reconstrução do terminal doméstico do aeroporto internacional de Maputo pela empresa Anhui Foreign Economic Construction Group Co., Ltd.

Em 2007, foi amplamente divulgada a intenção do Banco Exim e do Banco Mundial de financiar conjuntamente projectos em Moçambique, no Gana e no Uganda, mas daí não resultaram, todavia, acordos concretos para projectos de financiamento. A visita do Primeiro-ministro moçambicano à China, no final de 2010, originou rumores relacionados com a inauguração de um escritório de operações do Banco Exim em Maputo, destinado a facilitar linhas de crédito a investidores chineses (AICEP Maputo 2010). Durante essa visita, foram assinados dois outros empréstimos concessionais, totalizando 100 milhões de dólares americanos com outro banco estatal chinês (CDB), com o intuito de apoiar a construção de uma fábrica de cimento na província de Sofala (80 milhões de dólares) e uma fábrica de algodão na Província de Maputo (20 milhões de dólares) (Macauhub 2010).

Em Agosto de 2011, uma nova viagem à China, desta vez pelo Presidente Armando Guebuza, originou um protocolo sobre cooperação financeira assinado com o CDB. O acordo visa introduzir empréstimos comerciais para o sector privado em Moçambique, bem como canalizar fundos para o investimento público, o que sugere um maior envolvimento do CDB no sector financeiro moçambicano num futuro próximo (Trademark Southern Africa 2011).

O capital privado chinês: a Geocapital

A Geocapital está estruturada em torno de dois pilares: uma herança histórica comum enraizada em Macau e uma característica essencial partilhada pela cultura de negócios chinesa e lusófona – o papel central das relações pessoais na prossecução de negócios (*guanxi*). Com sede em Macau, um território chinês anteriormente sob administração portuguesa, este fundo de investimentos tem por base uma estreita rede de contactos que liga o capital privado chinês às principais figuras políticas e empresariais em Moçambique e no mundo lusófono.

A génese da Geocapital

No seguimento da transferência de Macau para a China (1999), uma série de ideias germinaram em torno das oportunidades apresentadas pela posição vantajosa do território enquanto potencial elo entre a China e o mundo lusófono.

Entre aquelas concretizadas, destacam-se o Fórum Macau⁴ e a Geocapital. A ideia do Fórum Macau foi avançada pelo Governo de Macau como forma de manter a sua identidade e garantir a sua diferenciação no seio da República Popular da China (RPC). A iniciativa agradou a Pequim, para quem o Fórum se revelava um útil instrumento de política externa para expandir o seu poder de influência e explorar o potencial de negócios de Macau como interlocutor entre a China – enquanto fonte de financiamento – e os países de língua portuguesa – enquanto bastiões de recursos naturais – (Alves 2008). O Fórum foi estabelecido sob a égide do Ministério do Comércio da República Popular da China e formalmente criado em 2003, em Macau, onde está sediado o secretariado permanente.

À margem do Fórum Macau, foi surgindo gradualmente, nos círculos internos da elite financeira de Macau, a ideia da criação de um fundo de investimento privado luso-chinês com o objectivo de canalizar investimento chinês para os países lusófonos. Este fundo privado materializou-se em 2006, sob o nome de Geocapital, através de uma sociedade conjunta liderada pelo magnata de Hong Kong, Stanley Ho, e por um financeiro lusófono (Jorge Ferro Ribeiro).

Um olhar mais atento sobre as principais figuras da Geocapital revela o papel decisivo desempenhado pelas relações pessoais entre capital financeiro e político na criação deste empreendimento. O presidente do conselho de administração da Geocapital é o empresário Stanley Ho,⁵ que controla mais de 50% das acções da empresa e tem grandes interesses comerciais nos sectores do jogo, da hotelaria, dos transportes e bancário (Hang Seng Bank) em Macau. Jorge Ferro Ribeiro é vice-presidente, presidente executivo e o segundo maior accionista da sociedade. Enquanto representante de Stanley Ho em Portugal, Ribeiro desenvolveu interesses nos sectores financeiro, das telecomunicações, do turismo e do imobiliário em Portugal e em Macau. As restantes principais figuras deste fundo de investimento luso-chinês têm ligações políticas bastante vantajosas. O eminente membro do Partido Socialista português, Almeida Santos, possui 5% da Geocapital e é presidente da assembleia-geral. Almeida Santos é ex-presidente do Parlamento português (1995-2002) e tem fortes ligações pessoais, políticas e económicas à FRELIMO em Moçambique.⁶ Ribeiro é um velho conhecido que em 1974-75 trabalhou para Almeida Santos em Portugal quando este era Ministro para a Cooperação Internacional. Este *puzzle* fica completo com Ambrose So, um dos três administradores da Geocapital.⁷ So é um empresário chinês com ligações directas ao império de Stanley Ho e à nomenclatura política chinesa.⁸

A Geocapital foi criada para capitalizar as sinergias crescentes entre o rápido crescimento económico da China e as oportunidades e o potencial dos países de língua portuguesa, nomeadamente das economias em franco crescimento como as de Moçambique, Brasil e Angola. Esta sociedade de investimento luso-chinesa

está estruturada em torno de duas áreas principais: finanças e energia. A sua estratégia tem privilegiado parcerias com actores locais (governos ou empresários privados com ligações directas ao executivo) que podem direccionar de forma mais eficiente os seus investimentos nos sectores da banca, da agricultura e da energia.

Enquanto o Fórum Macau tem tido dificuldade em mobilizar capital privado chinês para investir no mundo lusófono seguindo uma abordagem inter-governamental, a Geocapital tem sido relativamente bem-sucedida na prossecução desse mesmo objectivo, tirando vantagem da sua extensa rede de relações pessoais.

Apesar da sua curta existência, a sociedade tem rentabilizado uma carteira de investimentos impressionante no mundo lusófono. Em Moçambique, a Geocapital criou três empresas com capital local: a ZAMCORP (agronegócio), a Moza Capital e o Moza Banco (finanças). Na Guiné-Bissau, o grupo luso-chinês tornou-se o principal accionista do maior banco do país, o Banco da África Ocidental, e tem uma participação na Geogolfo (agronegócio e biocombustíveis). Em Cabo Verde, a sociedade tem uma participação na Caixa Económica (a maior instituição de crédito) em parceria com o governo local e iniciou uma nova sociedade conjunta com o Estado para pesquisa em biocombustíveis. Em Angola, criou uma sociedade conjunta (Geopactum Oriente) com o Pactum Global, um grupo financeiro privado que controla um dos principais bancos angolanos (Banco Privado Atlântico) com ligações directas à Sonangol, a companhia nacional de petróleo. No Brasil, a Geocapital adquiriu a VARILOG e a VEM (que estão entre as maiores empresas de engenharia aeroespacial e de manutenção) em parceria com a companhia aérea portuguesa TAP. Em Portugal, detém uma participação na EDP-Energia (2,5%) e estabeleceu uma parceria estratégica com um dos maiores accionistas do BCP, o maior banco privado do país. Em Timor-Leste, a Geocapital planeia estabelecer um banco de investimento local, o Banco Timorense de Investimento.⁹

Apesar de, na sua génese, a Geocapital ter beneficiado de algumas das sinergias postas em prática pelo Fórum Macau, o seu percurso tem sido quase sempre independente e delineado exclusivamente por interesses comerciais privados.

A Geocapital em Moçambique

Devido às ligações pessoais já destacadas, as incursões iniciais da Geocapital ocorreram em Moçambique. Na verdade, a ideia de criação do fundo de investimento luso-chinês cresceu em torno de uma oportunidade específica de negócio que surgiu em Moçambique.

Na altura da criação da Geocapital (2005-2006), Maputo procurava investidores para impulsionar o desenvolvimento do Vale do Rio Zambeze – uma área que cobre 28% do território nacional com vastos recursos hidrográficos e minerais e um imenso potencial agrícola. As boas perspectivas de investimentos nos sectores do agronegócio e da energia chamaram imediatamente a atenção da Geocapital.

Nessa altura, o Governo português preparava-se para entregar o controlo da central de energia hidroeléctrica de Cahora Bassa e surgiram rumores que era intenção de Lisboa vender as suas restantes acções (15%) do projecto, o que de imediato atraiu o interesse da Geocapital.¹⁰ Contudo, as negociações entre Moçambique e Portugal estenderam-se ao longo de vários anos. No início de 2012, Lisboa esperava ainda a aprovação de Maputo para vender 7,5% de Cahora Bassa à REN – a empresa nacional da rede de electricidade, sobre a qual uma empresa privada chinesa detém agora uma participação de 25%.¹¹

O insucesso na aquisição de uma participação em Cahora Bassa não desmobilizou, porém, as ambições da Geocapital no vale do Zambeze. Em Setembro de 2005, a Geocapital assinou um memorando de entendimento com o Gabinete de Planeamento do Vale do Zambeze (GPZ, a agência governamental responsável pelo desenvolvimento do vale), então liderado por Sérgio Vieira, um velho conhecido de Almeida Santos. O objectivo era explorar as oportunidades de desenvolvimento dos recursos naturais, nomeadamente, hidroelectricidade e energia térmica, carvão, gás, agro-indústria, transporte ferroviário, portos, minerais, imobiliário e turismo (Macauhub 2005). Três meses mais tarde, a Geocapital assinou um acordo com duas empresas moçambicanas estabelecendo uma sociedade conjunta (ZAMCORP) para promover o desenvolvimento do vale do Rio Zambeze através do acesso privilegiado ao capital chinês. A ZAMCORP foi criada formalmente em Junho de 2006 com um capital inicial de 500.000 dólares. Os parceiros locais incluem a secção empresarial do GPZ (Sociedade de Gestão Integrada de Recursos, SOGIR), com uma participação de 55%, e a Moza Capital (ver em baixo), com uma quota de 10%. A Geocapital detém os restantes 35%. A empresa estabeleceu a sua sede em Tete e abriu uma filial (ZAMCORP International) em Hong Kong.

Duas outras instituições financeiras têm crescido fruto dos interesses da Geocapital em Moçambique: a Moza Capital (banca de investimento) e o Moza Banco (licença universal). Fundada em Setembro de 2005, a Moza Capital visa canalizar capital chinês para o vale do Zambeze. O Moza Banco foi criado no final de 2007 e iniciou as suas operações em Junho de 2008. Ambas as instituições têm uma parceria com o Capitais de Moçambique, um grupo privado moçambicano de investidores liderado por Prakash Ratilal. Ratilal é não só um alto funcionário da FRELIMO e ex-presidente do Banco de Moçambique, como um velho conhecido

de Almeida Santos. As duas instituições têm o mesmo presidente do conselho de administração, Prakash Ratilal, e tinham inicialmente a mesma estrutura patrimonial (51% Capitais de Moçambique, 49% Geocapital) (Macauhub 2008).

Apesar de deter uma licença universal, o Moza Banco tem-se concentrado no sector bancário de empresas (projectos financeiros e empreendimentos) e em investimentos bancários (principalmente agronegócios) como forma de contribuir para o desenvolvimento dos recursos naturais de Moçambique (Ratilal 2008). Com uma capitalização inicial de 15 milhões de dólares, o banco cresceu consideravelmente durante o seu primeiro ano, com receitas de 2,2 milhões de dólares. Embora o banco não tenha ainda financiado nenhum grande investimento, estão a ser avaliados três projectos (energia e agro-indústria) para possível financiamento (Ibid.).

No final de 2010, a Geocapital vendeu 25,1% da sua participação no Moza Banco, por 9,5 milhões de dólares, à filial africana do segundo maior banco privado português, o Banco Espírito Santo (BES). O negócio foi concluído em Janeiro de 2011, e a actual estrutura patrimonial é: 50,4% da Moza Capital, 25,1% do BES e 24,5% da Geocapital. De acordo com uma fonte da Moza Capital (Moza Capital 2010), este acordo não deve ser visto como uma estratégia de alienação mas como uma forma de aumentar o capital do banco e atrair um sócio com mais experiência e *know how* – uma mais valia essencial para a fase actual de expansão do banco. Como parte do acordo, o Moza Banco deveria duplicar o seu capital para 30 milhões de dólares até meados de 2011 e ter um plano para expandir as operações do banco para outras regiões do país (Macauhub 2011c).

Avaliação do desempenho da Geocapital

Apesar de toda a publicidade e das elevadas expectativas geradas em torno dos três empreendimentos da Geocapital em Moçambique, o seu sucesso na canalização de investimentos para o desenvolvimento do Vale do Zambeze é extremamente limitado. A única excepção é a linha de crédito no valor de 50 milhões de dólares americanos criada pelo Banco Exim da China para a SOGIR (braço sector corporativo do Ministério da Planificação e Desenvolvimento), que está a ser canalizada através do Moza Banco – na sequência de um acordo entre o Moza Banco e o Banco da China, no início de 2009, para facilitar o fluxo de capital entre os dois países (Ratilal 2009). Esta linha de crédito destina-se à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas (20 milhões de dólares) e à criação de três fábricas de transformação agrícola (30 milhões de dólares – duas fábricas de algodão e uma de processamento de milho) no Vale do Zambeze (GPZ 2010).

O quadro institucional foi entretanto alterado – o GPZ foi oficialmente extinto em meados de 2010, e Sérgio Vieira demitido. A percepção generalizada é que Sérgio Vieira obteve poucos resultados no que respeita ao desenvolvimento do vale – uma crítica enunciada publicamente pelo Presidente Guebuza, no GPZ, em Julho de 2008 (AIM News 2008). Em Junho de 2010 foi criada uma nova agência no âmbito do Ministério da Planificação e Desenvolvimento – a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze (ou Agência do Zambeze) – para canalizar fundos e coordenar o desenvolvimento do vale. O novo director, Roberto Albino (que comandou o desmantelamento do GPZ), foi nomeado em Abril de 2011. No início de 2012, a agência anunciou os seus planos para investir 200 milhões de dólares no desenvolvimento do vale, durante o período 2012-2014. Os projectos (agricultura, pesca, mecanização agrícola, transformação agrícola, agro-indústrias, ordenamento do território e infra-estrutura) serão financiados pelo orçamento de Estado, em parceria com entidades moçambicanas e estrangeiras de cooperação internacional, nomeadamente os Bancos de Exportação e Importação da China e da Índia, o Banco Mundial e os governos da Noruega e da Holanda (Macauhub 2012).

O papel que as instituições financeiras moçambicanas da Geocapital irão desempenhar continua, no entanto, por esclarecer.

Conclusão

As ligações políticas com o partido no poder têm uma importância fundamental em todos os grandes projectos de investimento em Moçambique – um facto de que tanto os interesses públicos chineses como os privados se aperceberam numa fase ainda precoce. Esta particularidade não é, no entanto, específica dos negócios entre Moçambique e a China, uma vez que reproduz uma fórmula que é comum a todos os outros investidores.

Apesar do envolvimento na construção de infra-estruturas em Moçambique, que dura há já uma década, e que se baseia em estreitas relações intergovernamentais, o projecto mais relevante, até ao momento, financiado por bancos estatais chineses foi o Aeroporto de Maputo. Os outros grandes projectos ou falharam (a barragem do Mphanda Nkuwa) ou permanecem em discussão (as fábricas de cimento e de algodão, a via rodoviária circular em torno de Maputo e a ponte Maputo-Catembe). À medida que o potencial económico de Moçambique se tem vindo a expandir, ambos os bancos estatais (Exim e CDB) têm demonstrado interesse crescente em apoiar investimentos chineses em Moçambique. Contudo, apesar das múltiplas delegações chinesas de investidores privados que têm visitado o

país nos últimos anos, estes instrumentos financeiros ainda não produziram resultados significativos.

Operando sem os vínculos formais ao Estado chinês, de que beneficiam as suas contrapartes públicas, a Geocapital acreditou que podia garantir o acesso a oportunidades de investimento no vale do Rio Zambeze através das suas estreitas relações pessoais em Moçambique. Esta ousada iniciativa, que terá gerado frutos noutros países lusófonos, confiava, em grande parte, nas redes pessoais e no conhecimento local para superar obstáculos locais e proporcionar projectos sólidos para a empresa. Não obstante estas redes terem superado dificuldades que teriam impedido qualquer outra instituição de penetrar no mercado moçambicano, de um modo geral a Geocapital atingiu resultados muito aquém do esperado, particularmente no que toca à atracção de investimentos para o vale do Zambeze. Apesar do seu potencial financeiro, das suas estreitas relações com a comunidade de negócios no território chinês e em Macau, e do seu forte capital político em Moçambique, as instituições bancárias chinesas, quer públicas quer privadas, parecem estar a enfrentar algumas dificuldades em atrair investidores chineses para Moçambique. Esta análise sugere que as relações pessoais podem facilitar a entrada no mercado mas não garantem a produção efectiva de resultados. Sugere igualmente que existem ainda grandes obstáculos em Moçambique, como a falta de planeamento adequado e de capacidade local a todos os níveis, a ambiguidade na definição dos projectos a desenvolver, e uma coordenação e gestão ineficientes de oportunidades de investimento internas por parte do Governo moçambicano. Cumprindo já pré-requisitos como a crescente atractividade da economia moçambicana e a existência de plataformas privilegiadas para canalização de investimentos, Maputo necessita claramente de uma estratégia e mecanismos de coordenação mais eficientes para concretizar com sucesso o investimento chinês no seu território. O Governo moçambicano terá de definir nomeadamente uma estratégia clara de longo prazo de atracção do capital chinês, público e privado, que esteja em consonância com os objectivos de desenvolvimento do país, de forma a garantir que os novos projectos sirvam as necessidades do país em vez dos interesses dos investidores.

Notas

1. De acordo com um estudo realizado pela KPMG moçambicana publicado no final de 2011.
2. Entrevista à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Maputo, 3 de Novembro de 2010.
3. O projecto da barragem foi mais tarde adjudicado a um consórcio de duas empresas nacionais de energia (60%) e a uma empresa brasileira de construção, a Camargo Corrêa (40%).
4. Nome formal: Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.
5. Durante a governação portuguesa de Macau, Stanley Ho deteve direitos exclusivos sobre o negócio do jogo. Apesar de os ter perdido em 2002, pouco depois da entrega de Macau à China (1999), Stanley Ho ainda domina o sector em Macau, tendo expandido o negócio para outros países lusófonos, incluindo um casino em Maputo.
6. Almeida Santos viveu em Moçambique durante a época colonial, entre 1953 e 1974, onde se opôs à governação portuguesa ao lado da FRELIMO.
7. Os títulos detidos por cada uma das pessoas descritas, de acordo com o site da Geocapital: <http://www.geocapital.com.mo/>
8. Ambrose So é membro do 11º Comité Nacional da Conferência Política Consultiva do povo chinês.
9. Informação neste parágrafo de acordo com o *site* da Geocapital: <http://www.geocapital.com.mo/>
10. De acordo com entrevistas conduzidas pela autora em Macau entre 2005 e 2006.
11. A China's State Grid Corp. adquiriu 25% da REN em Fevereiro de 2012.

Referências

- Afrodad. (s/d). 'Factsheet, Chinese Development Assistance in Mozambique', disponível em: <http://www.afrodad.org/downloads/publications/Mozambique%20Factsheet.pdf> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- AIM News*. (2008). 'Guebuza calls for more production from Zambezi office', 30 de Julho, disponível em: <http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=mozambique&id=12451&tipo=one> (acedido a 8 de Junho de 2012).
- Alves, A. (2008). 'Chinese Economic Diplomacy in Africa: the Lusophone strategy', in Chris Alden *et al.* (eds.), *China Returns to Africa: an emerging power and a continent embrace*, Londres, Hurst, pp. 69-81.
- Macauhub*. (2005). 'Macau Company to develop Zambeze region in Mozambique', 9 de Dezembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2005/12/09/160/> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- . (2008). 'Mozambique: Moza Banco, with Macau capital, opens 16 June in Maputo', 13 de Junho, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2008/06/13/5212/> (acedido a 8 de Junho de 2012).
- . (2009). 'Mozambique: China second largest investor in 2008 after South Africa', 27 de Março, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2009/03/27/6795/> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- . (2010). 'Chinese investors to build cement plant in Mozambique', 18 Maio, disponível em: <http://www.chinamining.org/News/2010-05-18/1274168338d36266.html> (acedido a 8 de Junho de 2012).

- . (2011). 'Mozambique and China due to sign ten cooperation agreements in Beijing', 10 de Agosto, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2011/08/10/mozambique-and-china-due-to-sign-ten-cooperation-agreements-in-beijing/> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- . (2011b). 'Sistema bancário em Moçambique continua concentrado em quatro instituições', 24 de Dezembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2011/02/24/sistema-bancario-em-mocambique-concentrado-em-quatro-instituicoes/> (acedido a 12 de Junho de 2012)
- . (2011c). 'Portugal's Espírito Santo bank concludes process of taking stake in Moza Banco of Mozambique', 21 de Janeiro, disponível em: http://www.ipim.gov.mo/worldwide_partner_detail.php?tid=19611&type_id=1503 (acedido a 13 de Junho de 2012).
- . (2012). '200 milhões de dólares vão ser investidos no vale do Zambeze, em Moçambique', 27 de Janeiro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/01/27/200-milhoes-de-dolares-vao-ser-investidos-no-vale-do-zambeze-em-mocambique/> (acedido a 13 de Junho de 2012).
- Ratilal, P. (2008). 'Discurso inaugural de Moza Banco SA', Maputo, 16 Junho.
- . (2009). 'Não temos ambição de ser o número um ou número dois', entrevistado por Olívia Massango para o jornal *O País online*, 18 de Junho, disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/1714-nao-temos-ambicao-de-ser-o-numero-um-ou-numero-dois.html> (acedido a 13 de Junho de 2012).
- Trade Mark Southern Africa*. (2011). 'China should diversify financial aid to Mozambique', 11 de Agosto, disponível em: <http://www.trademarksa.org/news/china-should-diversify-financial-aid-mozambique> (acedido a 13 de Junho de 2012).